



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE  
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

**INFORME BRASIL Nº 22/2021**

Período: 26/06/2021 - 02/07/2021

**GEDES – UNESP/UNIFESP**

- 1- Professores avaliam a participação de militares no governo
- 2- CPI da Covid-19: depoimentos apontaram envolvimento de militares que atuavam no Ministério da Saúde com esquema irregular de compra de vacinas
- 3- A saga de Pazuello continua: Comando do Exército se manifesta contra a quebra de sigilo do processo que investigou o general
- 4- Ministério da Defesa está entre os beneficiários do “orçamento secreto”
- 5- Bolsonaro edita decreto que reforça presença de militares da ativa no governo
- 6- Colunistas debatem se a aplicação do Código Penal Militar a civis pode coibir a publicação de notícias críticas à atuação das Forças Armadas
- 7- Publicação do *Washington Post* critica participação de generais no governo Bolsonaro
- 8- “Superpedido” de impeachment de Bolsonaro apresenta referências a militares na política
- 9- A presença de militares na Amazônia foi prorrogada
- 10- Grupo teatral Tablado de Arruar elabora peça sobre participação dos militares no Brasil
- 11- Sob pressão do Congresso, Bolsonaro exalta apoio das Forças Armadas
- 12- Projeto que revoga Lei de Segurança Nacional avança para votação prevista no Senado
- 13- Viúva de vítima da ditadura militar terá cinebiografia
- 14- Informações do inquérito sobre atos antidemocráticos serão utilizadas em nova investigação, com foco em grupos digitais organizados

1- Professores avaliam a participação de militares no governo

Em artigo de opinião no periódico *O Estado de S. Paulo*, o professor de teoria política Marco Aurélio Nogueira, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), comentou sobre os militares na política brasileira. Segundo o professor, durante a ditadura (1964-1985), os militares eram temidos, e após a redemocratização passaram a ser “neutros” e atinentes à constituição federal. Entretanto, no governo de Jair Bolsonaro, tem se observado um aumento da participação de militares no cenário político. Nogueira ainda discutiu os motivos que levaram os militares a apoiarem o atual governo, fato que, conforme o autor, fez com que as Forças Armadas não se distinguissem mais do governo. O *Estado* também

publicou entrevista com o historiador Adriano Freixo, professor do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF), o qual afirmou que a cooptação das forças de segurança estaduais e a aproximação crescente de militares das três Forças Armadas com o governo sugere uma 'bolsonarização' das polícias e que, além de não ajudar na segurança pública, apresenta um risco democrático. (O Estado de S. Paulo- Opinião- 26/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 27/06/21).

2- CPI da Covid-19: depoimentos apontaram envolvimento de militares que atuavam no Ministério da Saúde com esquema irregular de compra de vacinas  
No fluxograma feito pelo periódico *Folha de S. Paulo* para explicar o caso de suspeita de compra irregular de vacinas covaxin, Alex Lial Marinho, tenente-coronel do Exército, que foi coordenador-geral de logística de insumos estratégicos para saúde, aparece como parte da pressão atípica feita para a compra da vacina, segundo depoimento do servidor público do Ministério da Saúde, Luis Ricardo Miranda. Ainda segundo o jornal, Marinho fazia parte do grupo próximo do general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, por quem foi diretamente indicado ao cargo, deixando o ministério em 08/06/21. Em coluna opinativa, Jânio de Freitas comentou o caso, citando o general Pazuello e os coronéis Alex Lial Marinho, Elcio Franco e Bento Pires por participarem do que o autor chamou de 'grosso rolo' - em relação à atividade de apressar as vacinas covaxin. Em reportagem, a *Folha* apontou a estratégia do Palácio do Planalto de demonstrar que o presidente Jair Bolsonaro não ignorou as denúncias feitas sobre irregularidades na compra da vacina covaxin, ao afirmar que Elcio Franco, ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde, até então sob o comando de Pazuello, teria apurado as denúncias e concluído que não havia irregularidades no contrato, como teria dito Luis Ricardo em seu depoimento sigiloso. O caso se tornou prioridade da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Covid-19, que constatou que não houve solicitações sobre o assunto para a Polícia Federal, afirmou a *Folha*. O mesmo jornal informou que Marcelo Blanco, tenente-coronel do Exército, foi convocado para depor na CPI. Blanco foi assessor no departamento de logística do Ministério da Saúde e teve seu nome citado por depoente da CPI como testemunha de uma reunião em que houve solicitação de propina para a compra de vacinas da AstraZeneca. Outro militar envolvido, conforme relataram os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, foi o coronel Alexandre Martinelli. Em depoimento à CPI no dia 01/07/21, Luiz Paulo Domingueti Pereira, que se identificou como representante da Davati Medical Supply, também apontou Martinelli como participante do jantar do dia 25/02/21, quando houve pedido de propina. A *Folha* relatou que o reconhecimento de Martinelli ocorreu por meio de uma fotografia apresentada ao depoente pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Domingueti titubeou, mas confirmou reconhecer o coronel. O jornal ainda informou que o coronel negou ter estado no restaurante e disse que irá processar Domingueti e os integrantes da CPI por danos à sua imagem. O *Estado* destacou que Domingueti, policial militar, chegou ao governo através de oficial da reserva do Exército que integra a "Abin paralela", equipe de informantes mantida pelo presidente Jair Bolsonaro, que afirma conservar o grupo para não depender dos órgãos oficiais de informação. O jornal também pontuou que a empresa Davati Medical Supply negou que Domingueti seja seu representante no Brasil, e

alegou ter incluído o nome dele na oferta que fez ao governo brasileiro “a pedido”, sem informar quem fez a solicitação. (Correio Braziliense - Política - 02/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 27/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 30/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 01/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 02/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 01/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 02/07/2021)

### 3- A saga de Pazuello continua: Comando do Exército se manifesta contra a quebra de sigilo do processo que investigou o general

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, diante o pedido de Carmen Lúcia, ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), o Comando do Exército se posicionou contrário à divulgação do processo administrativo que investigou o general da ativa e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, por ter se manifestado politicamente em apoio ao presidente da República, Jair Bolsonaro, em uma passeio de motocicleta no Rio de Janeiro. Conforme *O Estado*, após a repercussão da decisão do Exército de não punir Pazuello, um documento de doze páginas foi divulgado em nome do Comando do Exército sobre o caso e enviado ao STF para criticar o pedido feito por Carmen Lúcia, que havia dado cinco dias para que o Ministério da Defesa impusesse quebra do sigilo dos documentos internos da instituição sobre o ocorrido. O Comando, para quem a Defesa direcionou a requisição, alegou que o caso não é de “interesse público” e por isso não deveria ser divulgado. De acordo com o *Estado*, “a assessoria jurídica militar sustenta que o procedimento tem caráter ‘personalíssimo’ e, por isso, deve ser mantido em sigilo”. Além disso, no documento, o Comando do Exército defende que o pedido de divulgação que foi feito pela oposição tem viés político. E, ao final do documento, relembra que o sigilo da instituição é de cem anos para dados pessoais dos membros, afirmando que a abertura do processo poderia criar condições para a insubordinação das tropas. O *Correio* apontou que os militares alegaram que o episódio não está relacionado à gestão de Pazuello no Ministério da Saúde, por isso, a publicização do processo tornaria a instituição “vulnerável a qualquer interferência política externa, fragilizando a liderança da autoridade constituída” (Correio Braziliense - Política - 29/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 28/06/21)

### 4- Ministério da Defesa está entre os beneficiários do “orçamento secreto”

Conforme o periódico *O Estado de S. Paulo*, documentos apontaram que o Ministério da Defesa foi um dos incluídos nas negociações para os repasses de emendas do “orçamento secreto”, criado para angariar apoio político ao presidente da República, Jair Bolsonaro, junto ao Congresso Nacional. Cerca de R\$ 261 milhões da emenda “RP-9” seriam repassados à Defesa e aos Ministérios da Justiça e da Agricultura. A pasta receberia os repasses no âmbito do programa Calha Norte, na Amazônia, onde militares atuam desde 1985 para “aumentar a presença do Estado na região”. De acordo com *O Estado*, uma planilha do Ministério apontou que os empenhos de emendas de relator-geral para o programa somavam R\$ 96 milhões. Ao *Estado*, a Defesa alegou que cabe aos congressistas definir onde e como as emendas serão utilizadas, seguindo

as “políticas públicas que consideram necessárias”. (O Estado de S. Paulo - Política - 29/06/21)

5- Bolsonaro edita decreto que reforça presença de militares da ativa no governo  
Em editorial, a *Folha de S. Paulo* avaliou o decreto do presidente da República, Jair Bolsonaro, que permite a presença de militares da ativa no governo por tempo indeterminado. O documento, também assinado pelo ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, entra em conflito com o Estatuto dos Militares, que determina que os militares que passarem mais de dois anos em cargos públicos sejam transferidos para a reserva remunerada, indicou o periódico. A medida segue a tendência do governo de Bolsonaro, que cada vez mais tem promovido o “aparelhamento da máquina do Estado por militares”, ressaltou a *Folha*. (Folha de S. Paulo - Opinião - 30/06/21)

6- Colunistas debatem se a aplicação do Código Penal Militar a civis pode coibir a publicação de notícias críticas à atuação das Forças Armadas  
Em coluna opinativa a *Folha de S. Paulo*, Luis Carlos Gomes de Mattos, Presidente do Supremo Tribunal Militar (STM), ressaltou que o Código Penal Militar (CPM) é “cristalino” ao prever, em seu artigo 219, o crime de ofensa às Forças Armadas, no qual a conduta criminosa é configurada pela ofensa. A crítica, por outro lado, não está enquadrada no artigo, e, portanto, não configura um delito, afirmou o general, que acrescentou: “[a crítica] é, e sempre será, bem-vinda, desde que balizada pela verdade”. Para o presidente do STM, a interpretação de que, por ter surgido durante uma “administração de um governo militar”, a norma se refere somente àquele período é errônea: “a ofensa não pode ser permitida, independentemente do regime de governo”. O debate em torno do artigo tem origem na Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) movida pela Associação de Imprensa Brasileira (ABI), que receava a possibilidade de que a submissão à Justiça militar coibisse notícias sobre as Forças Armadas, contou o general. Em resposta ao presidente do STM, os advogados da ABI Cláudio Pereira de Souza Neto e Luis Guilherme Vieira publicaram uma coluna opinativa, também na *Folha*, na qual alegaram que os critérios assentados nas expressões “afetar as instituições militares” e “atingir as Forças Armadas” têm aberto espaço para permitir a aplicação do CPM em casos para os quais não deveria ser aplicado. Os advogados chamaram a atenção para o efeito resfriador que os tribunais militares podem ter sobre jornalistas civis que desejam publicar notícias sobre as Forças Armadas e a necessidade de que o STF avalie o tema de forma definitiva. Para eles, o CPM, no que limita a liberdade de expressão, deve ser aplicado somente aos militares, uma vez que as Forças Armadas se organizam com base em princípios de hierarquia e disciplina, não se estendendo aos civis. (Folha de S. Paulo - Opinião - 30/06/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 02/07/21)

7- Publicação do Washington Post critica participação de generais no governo Bolsonaro  
Nelson de Sá, jornalista, em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, comentou a publicação do jornal *Washington Post* do dia 29/06/21, escrita pelo jornalista e

escritor Mac Margolis. A matéria “O que mantém Bolsonaro? Pergunte aos generais” retrata de forma crítica a participação de militares no governo brasileiro e convoca a população a repensar as Forças Armadas. Mac Margolis, ainda, reforçou: “soldados pertencem ao quartel, não ao palácio. Esse é um problema que o impeachment não pode resolver”, apontou Nelson de Sá. (Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 30/06/21)

#### 8- “Superpedido” de impeachment de Bolsonaro apresenta referências a militares na política

Em coluna opinativa a *Folha de S. Paulo*, Ilona Szabó de Carvalho, mestre em estudos internacionais e autora de “Segurança Pública para Virar o Jogo”, comentou as justificativas do “superpedido de impeachment” de Jair Bolsonaro, protocolado dia 30/06/2021. Entre elas estão, pelo menos, 21 possíveis crimes cometidos pelo “pior presidente eleito da nossa história”, afirmou Carvalho. Para a autora, a democracia brasileira está sendo “corroída por dentro” desde o primeiro dia de governo, e segue a ideia de que as democracias, hoje, “não morrem somente com tanques nas ruas”. A quebra da regra hierarquia das Forças Armadas, o ato impune do general e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, o numeroso quantitativo de militares no governo, a “retórica agressiva e ameaçadora do próprio presidente contra jornalistas” indicam os rumos para qual o Brasil segue, relatou a autora. “É preciso agir agora para conter a deterioração e estancar o sofrimento da população”, comentou, por fim, Carvalho. (Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 30/06/21)

#### 9- A presença de militares na Amazônia foi prorrogada

Segundo *O Estado de S. Paulo*, no dia 29/06/2021 foi autorizado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, a atuação de militares para o combate de crimes ambientais na Amazônia, conforme a dispositivo constitucional de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). A autorização, comentou o periódico, se aplica a territórios específicos dos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia, nos quais as tropas poderão atuar no período que se inicia no dia 28 de junho a 31 de agosto. O uso das Forças Armadas para esse tipo de operação gera críticas por parte dos especialistas, que apontam a falta de expertise dos militares para lidar com a problemática de crimes ambientais, afirmou o periódico. O mais indicado, neste caso, seria o uso de agentes especializados, tais como fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e de órgãos do Ministério do Meio Ambiente, indicam especialistas. No entanto, esses serviços foram abalados por cortes orçamentários e déficit de servidores, reportou o jornal. O decreto define que a atuação será feita por meio de coordenação entre as Forças Armadas e o Conselho Nacional da Amazônia Legal, e menciona todos os municípios em que a atuação foi autorizada, mas não especifica informações como a verba utilizada para a operação e o modo como será articulada, ressaltou o periódico. *O Estado* ainda informou que o Ministério da Defesa orientou ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais. Com o nome Operação Samaúma, conta com emprego de Marinha, Exército e Aeronáutica. (O Estado de S. Paulo - Agro - 30/06/21; O Estado de S. Paulo - Metrópole - 02/07/21)

10- Grupo teatral Tablado de Arruar elabora peça sobre participação dos militares no Brasil

Segundo reportagem publicada pelo *O Estado de S. Paulo*, o grupo de teatro Tablado de Arruar está elaborando uma peça acerca da atuação dos militares no Brasil. O grupo transmitirá em seu canal no Youtube debates acerca da temática, compartilhando um pouco da pesquisa feita para a produção, comentou o jornal. Os debates, que terão início dia 20 de julho, contarão com a participação de figuras como o coronel da reserva Marcelo Pimentel Jorge, o cientista político João Roberto Martins, a procuradora Eugênia Augusta Gonzaga Fávero e outros participantes. (*O Estado de S. Paulo - Especial - 30/06/21*)

11- Sob pressão do Congresso, Bolsonaro exalta apoio das Forças Armadas

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o governo de Jair Bolsonaro tem sido alvo de denúncias sobre contratos de vacinação. Pressionado pela alegação de ter ignorado denúncia de oferta de propina na compra de vacina, pelo “superpedido” de impeachment protocolado dia 30/06/2021, Bolsonaro referiu-se à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 como “CPI de bandidos” e exaltou o apoio das Forças Armadas: “[...] tenho as Forças Armadas comprometidas com a democracia e a nossa liberdade”. Bolsonaro esteve presente na inauguração da Estação Radar de Porã, localizada no Mato Grosso do Sul, a qual possui capacidade para detectar aeronaves com precisão a longas distâncias, operada pela Força Aérea Brasileira (FAB). (*Folha de S. Paulo - Poder - 01/07/2021*)

12- Projeto que revoga Lei de Segurança Nacional avança para votação prevista no Senado

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o projeto que revoga a Lei de Segurança Nacional, objetivando acabar com um dos resquícios da ditadura militar (1964-1985), deve avançar para votação no Senado no curto prazo. Por um lado, o projeto abrange dispositivo que não criminaliza a manifestação de críticas aos Poderes constituídos; por outro, criminaliza “a incitação à animosidade entre as Forças Armadas ou entre elas e Poderes legitimamente constituídos, as instituições civis ou a sociedade”. De acordo com a *Folha*, o projeto ainda contempla dispositivo sobre abolição violenta do Estado democrático de Direito, esperando-se que posteriormente, possa sofrer vetos do presidente Jair Bolsonaro. A relatora do projeto na Câmara dos Deputados, Margarete Coelho (PP-PI), incorporou dispositivos dentro do Código Penal, além de incluir um capítulo acerca de crimes contra o funcionamento das instituições democráticas no processo eleitoral, dentre eles a comunicação enganosa em massa. Para o relator no Senado, Rogério Carvalho (PT-SE), esse deve ser um dos dispositivos que serão vetados no texto. (*Folha de S. Paulo - Poder - 01/07/2021*)

13- Viúva de vítima da ditadura militar terá cinebiografia

O jornal *O Estado de S. Paulo* informou que o romance biográfico “Ainda Estou Aqui”, de Marcelo Rubens Paiva, será transformado em filme, com direção do

cinasta Walter Salles. No livro, Paiva narra a história de sua mãe, Eunice, que criou sozinha os cinco filhos depois que o marido, o deputado Rubens Paiva, foi preso, torturado e morto por agentes da ditadura militar, em janeiro de 1971. (O Estado de S. Paulo - Especial - 02/07/21)

14- Informações do inquérito sobre atos antidemocráticos serão utilizadas em nova investigação, com foco em grupos digitais organizados

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o arquivamento do inquérito que apurava a organização e o financiamento de atos antidemocráticos, mas também abriu novas frentes de apuração para investigar a existência de grupos digitais organizados para atacar os poderes Legislativo e Judiciário e pedir o retorno à ditadura militar. Os jornais relatam que o ministro identificou métodos e núcleos estruturados semelhantes aos identificados em outro inquérito, o das fake news, com a finalidade de atentar contra a democracia e o Estado de Direito. As investigações compartilharão integralmente as provas, uma vez que têm investigados comuns e hipóteses semelhantes. *O Estado* informou ainda que o presidente Jair Bolsonaro classificou a decisão de “covardia” e sugeriu haver relação com sua afirmação de que há uma “articulação” entre três ministros do Supremo para barrar o voto impresso. (Folha de S. Paulo - Poder - 02/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 02/07/21)

## SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## Equipe:

Beatriz Grasião Campos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);  
Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBEX);  
Débora Cruz Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);  
Gabriela Araujo da Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);  
Giovani Nunes de Aguiar (Redator, graduando em Relações Internacionais);  
Giovanna Palas Soares Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);  
Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);  
Grazielly Dourado Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);  
Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em

Relações Internacionais); Isadora Antunes Botelho (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leticia Beneves (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Leonardo Pontes Vinho (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais); Rodrigo Freitas de Souza (Redator, graduando em Relações Internacionais); Thalia Cristina Vieira Lima (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).